

AS 


RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO SOBRE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de análise e ponderação das reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, no âmbito da Discussão Pública da Proposta de **alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro que publica o Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)**, bem como de explicitação dos respetivos resultados.

A Câmara Municipal de Viseu em reunião pública de 21 de dezembro de 2018, deliberou determinar a respetiva abertura do período de Discussão Pública, fixando o prazo de 15 dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a contar do quinto dia útil posterior ao da publicação do Aviso n.º 4434/2019, no Diário da República, 2ª série - N.º 53 – 15 de março de 2019, pelo que o **período de Discussão Pública decorreu entre o dia 21 de março e 10 de abril de 2019.**

O âmbito da proposta de alteração do regulamento do Plano Diretor Municipal de Viseu, no âmbito do RERAE consistiu no aditamento do artigo 29.º-A, designado de “*Regime Excecional de Regularização*”, que passou a integrar as atividades económicas, estabelecimentos, explorações, instalações e edificações compatíveis com o regime de regularização nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro bem como as respetivas incompatibilidades.



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO

2. DISCUSSÃO PÚBLICA

2.1. Divulgação do período de Discussão Pública

O período de Discussão Pública foi publicitado através Aviso n.º 4434/2019, no Diário da República, 2ª série - N.º 53 – 15 de março de 2019, no Jornal “Correio da Manhã” no dia 18 de março de 2019 e no Jornal “Notícias de Viseu” no dia 21 de março de 2019. Foi também disponibilizado no respetivo sítio na Internet do Município, no Atendimento Único (AU) do Município e em todas as Juntas de Freguesia do Concelho.

2.2. Disponibilização da proposta

O conteúdo da proposta foi disponibilizado para consulta nas seguintes formas:

- No portal da Câmara Municipal (www.cm-viseu.pt);
- No Atendimento Único (AU), da Câmara Municipal de Viseu, no horário de funcionamento dos serviços municipais;
- Nas Juntas de Freguesia, no horário de funcionamento de atendimento ao público.

2.3. Formas de participação

Durante o período de discussão pública os interessados puderam apresentar por escrito as suas reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento, utilizando as seguintes opções:

- Através do endereço eletrónico da câmara municipal: geral@cmviseu.pt;
- Remetido ao Município de Viseu, Praça da República 3514-501 Viseu.

Foi disponibilizado impresso próprio (Ficha de Participação) para apoio à participação.



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO

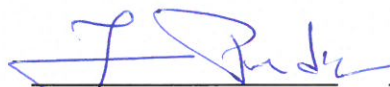
3. CONCLUSÃO

No decurso do período de discussão pública não foram apresentadas pelos interessados quaisquer reclamações, observações sugestões e pedidos de esclarecimento relativamente ao assunto em discussão.

O presente relatório de ponderação é submetido à apreciação da Câmara Municipal, em reunião pública, e depois de aprovado será divulgado através da comunicação social e do respetivo sítio na Internet do Município.

Será então considerada a presente proposta sujeita a Discussão Pública como válida para se considerar a versão final, devendo ser posteriormente submetida à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 89.º e n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Subsequentemente será feita a publicação para efeitos de publicidade e eficácia, nos termos dos artigos 191.º e 192.º do RJIGT.


António Gonçalves, Eng.º
(Chefe de Divisão - DP/DDEOT)


José Perdigão, Arq.º
(Técnico Superior - DP/DDEOT)


Vera Lopes, Dr.ª
(Técnica Superior - DP/DDEOT)

Viseu, 17 de maio de 2019



MUNICÍPIO DE
VISEU

[Handwritten signatures in blue ink]

Aditamento ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Viseu

É aditado ao Regulamento do Plano Diretor Municipal o artigo 29.º-A, com a seguinte redação.

(...)

Capítulo III – Disposições comuns ao solo rural e ao solo urbano

Secção I – Disposições diversas

(...)

Artigo 29.º-A

Regime Excecional de Regularização

São considerados compatíveis, ficando excecionados do cumprimento dos parâmetros urbanísticos decorrentes da qualificação do espaço em que se inserem, as atividades económicas, estabelecimentos, explorações, instalações e edificações, abrangidas por regimes legais, referentes a situações de regularização, nomeadamente por força do Decreto-Lei n.º165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, que tenham obtido parecer favorável ou favorável condicionado no âmbito do procedimento de regularização e demonstrem cumprir as condições de regularização que hajam sido impostas, salvo se colidirem com planos de pormenor integrados nas UOPG'S do Tipo 1, áreas inseridas nas UOPG do Tipo 2, e Tipo 3, áreas que colidam com faixas de respeito *non aedificandi* de malhas viárias inseridas na rede rodoviária municipal principal ou secundária, no caso de não estar aprovado o estudo prévio, podendo após esta aprovação ser ponderada a decisão em função da situação específica, bem como quando colidam com planos de alinhamentos eficazes, sendo que no caso de colisão com áreas afetas às UOPG'S do Tipo 4, áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais, serão ponderadas especificamente, salvaguardando que neste caso, as mesmas não se constituam como um elemento dissonante em termos de integração ou de composição urbana, face a propostas urbanísticas formuladas para o local.

(...)

